

O “TRIUNFO EUCHARISTICO” E A “ARTE RETÓRICA” NA FESTA BARROCA (VILA RICA, 1733) – A ORIENTAÇÃO PERSUASIVA NA “PREVIA ALLOCUTORIA”, DE SIMÃO FERREIRA MACHADO

*THE “EUCCHARISTIC TRIUMPH” AND THE “RHETORICAL ART” IN THE
BAROQUE FEAST (VILA RICA, 1733): THE PERSUASIVE ORIENTATION IN
“PREVIA ALLOCUTORIA”, BY SIMÃO FERREIRA MACHADO*

Franciele Maria da Silva¹

Universidade Federal de Ouro Preto
<http://orcid.org/0009-0008-6999-2171>
franciele.maria@aluno.ufop.edu.br

William Augusto Menezes²

Universidade Federal de Ouro Preto
<http://orcid.org/0000-0002-3548-6149>
williamenezes@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, examinamos aspectos do opúsculo “Triunfo Eucharístico – exemplar da cristandade lusitana”, no qual Simão Ferreira Machado narra a primeira Festa Barroca na região mineradora, na Capitania das Minas, por ocasião da trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja da Senhora do Rosário dos Pretos para o novo templo da Senhora do Pilar, em Vila Rica, 1733. O realce volta-se para o exame da “Previa Allocutoria” – seção de apresentação da obra, sob o prisma da Arte Retórica, de Aristóteles, e teorias do discurso, como a Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2006 e 2022) e a Argumentação (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Diante da observação sobre a sua orientação persuasiva, buscamos entender duas questões: a primeira, como se dá a orientação persuasiva em relação aos imaginários sociodiscursivos mobilizados pelo narrador; a segunda, como ele constitui o seu auditório ou público-leitor, enquanto destinatário ideal do relato. Percebemos que, para além da persuasão religiosa existem outros elementos relevantes, como a própria configuração social e a mobilização de imaginários de “verdade” ou “revelação”, enquanto preceitos políticos, doutrinários e ideológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Triunfo Eucharístico; Vila Rica (Ouro Preto); Retórica e persuasão; Ideologia; Memória discursiva.

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem (UFOP), Linha de pesquisa: Estudos Linguísticos, Estudos da Tradução e Patrimônio Cultural.

² Colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem (UFOP), ao Pós-Letras da PUC-MG (área de Linguística, Análise do Discurso) e ao Poslin UFMG (área de Linguística do Texto e do Discurso).

ABSTRACT: In this article, we examine aspects of the booklet “Triunfo Eucharístico - exemplar da cristandade lusitana”, in which Simão Ferreira Machado narrates the first Baroque Feast in the mining region, in the Capitania of Minas, on the occasion of the transfer of the Most Holy Sacrament from the church of Senhora do Rosário dos Pretos to the new temple of Senhora do Pilar, in Vila Rica, 1733. The emphasis is on the examination of the “Previa Allocutoria” - the presentation section of the work, under the prism of Aristotle's *Arte Retórica*, and discourse theories such as Semiolinguistics (CHARAUDEAU, 2006 and 2022) and Argumentation (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996). In view of the observation about his persuasive orientation, we seek to understand two issues: the first, how does the persuasive orientation occurs in relation to the sociodiscursive imaginaries mobilized by the narrator; the second, how he constitutes his audience or readership, as the ideal addressee of the story. We realize that, besides religious persuasion – which would be expressed in the relationship between “religious authority” and “devotees” – there are other relevant elements, such as the social configuration itself and the mobilization of imaginaries of “truth” or “revelation”, as political, doctrinal and ideological precepts.

KEYWORDS: Eucharistic Triumph; Vila Rica (Ouro Preto); Rhetoric and Persuasion; Ideology; Discursive Memory.

INTRODUÇÃO

O opúsculo *Triunfo Eucharístico – exemplar da cristandade lusitana* contém o relato oficial da primeira grande festa barroca na região mineradora, ocorrida em 1733, por ocasião do traslado do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica.³ A sua autoria é de Simão Ferreira Machado, “natural de Lisboa e morador nas Minas”, e foi publicado em Portugal, ano seguinte à realização da festa.

A obra tem sido objeto de pesquisa em várias áreas do conhecimento, como a História, as Artes e os Estudos da Linguagem, enquanto representação da Festa barroca e pela relevante descrição do cenário artístico, cultural, sociopolítico e discursivo na constituição de Ouro Preto como Patrimônio da Humanidade. No presente artigo, interessa-nos refletir sobre a persuasão retórica no barroco a partir do opúsculo de Simão Machado, mais especificamente, no exame da *Previa Allocutoria* – seção do texto destinada à apresentação do livro, pelo autor.⁴ Para isso, procuramos responder a duas questões: como se dá a orientação persuasiva em relação aos imaginários sociodiscursivos mobilizados pelo narrador; e como ele constitui o seu auditório ou público-leitor, enquanto destinatário ideal do relato.

O desenvolvimento do texto se dá em três seções. A primeira, mais geral, tem ênfase no barroco; procura situar algumas das suas características e traz uma breve apresentação do cenário sócio-histórico da sua emergência em Vila Rica, entre o final do século XVII e início do XVIII. A segunda apresenta o dispositivo retórico do barroco, constituído a partir da *Arte Retórica*, de Aristóteles, e

³ Villa Rica foi criada em 1711, a partir da reunião de diversos arraiais do seu entorno. Tornou-se sede da Capitania de Minas Gerais, em 1720. A mudança de nome para Ouro Preto se deu em 1823. Foi tombada como Patrimônio Histórico Brasileiro, em 1936. Em 1980, recebeu o título de Patrimônio Mundial, pela UNESCO. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>

⁴ O opúsculo contém 146 páginas – destas, 31 são ocupadas pela *Previa Allocutoria* e as demais, 94, pelo relato da Festa. Em Ávila (2006), encontra-se uma brilhante edição fac-similar. Uma edição *online* encontra-se disponível em: <https://purl.pt/34248>. Acesso em 27 de jan.2021.

contribuições recentes dos estudos discursivos. A terceira, mais específica, dedica-se ao exame da busca persuasiva na *Prévia Allocutoria* como parte da *representação escrita* da Festa do “Triunfo” e possíveis efeitos de sentido decorrentes dessa orientação. Ao final desse exame, voltamos a atenção para considerações acerca da encenação discursiva em vista do auditório presumido, bem como para as estratégias ou provas relacionadas aos imaginários socio-discursivos – com destaque para os imaginários de verdade e possíveis efeitos de doutrinação e ideologia.

1. BARROCO: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

Estudos recentes têm orientado o entendimento sobre o barroco em dois segmentos. O primeiro, com realce para os valores estilísticos intrínsecos ao campo da arte e da arquitetura, caminha, com nuances, em trilhas abertas pela abordagem pioneira de Wolfflin (1888). O segundo, sem desprezar a característica do barroco como um estilo autônomo da arte, tem se interessado pela sua expansão para outros campos, como a cultura, a política, a religião e a linguagem. Com isso, tem realçado aspectos socioculturais relevantes, que favorecem novos olhares e configurações sobre o nacionalismo e traços identitários já salientes na sociedade colonial brasileira, como ressalta Ávila (1964). Todavia, uma das obras mais proeminentes sobre o tema, *El Barroco: arte de la contrarreforma*, de Weisbach (1948), considera o “Barroco” como expressão cultural da Igreja Católica, destinada à doutrinação – o que implica em uma subordinação sociocultural da arte e do seu estilo aos ideários da Igreja de Roma e do poder monárquico.

A presença ativa da Igreja, através do Concílio de Trento (1545-1563), da Reforma Protestante (1517) e da Contrarreforma (1545-1648), incitou em toda Europa um período de grandes conflitos e incertezas – que contribuiu para a efetivação de importantes alterações no âmbito social e, também, no cultural. De acordo com Hauser (2000), essas situações alcançaram, rapidamente, as áreas política, filosófica e científica, acarretando mudanças de opiniões e de comportamentos, ao mesmo tempo em que se expandia pela Europa. As artes teriam sofrido tais impactos, com abandono dos padrões de racionalidade e estética característicos das técnicas renascentistas. Como observa Argan, a atividade artística foi se tornando parte de “um estado de comoção devota, de um movimento de imaginação e de afetos que não [tinha] mais nada a ver com aquilo que antigamente se chamava a ‘invenção’ da história”. (ARGAN, 2004, p. 32).

A “Arte Barroca” consolida-se e expande-se, no caso, juntamente com o fortalecimento da autoridade da Igreja, como arte que visava contribuir para manter ou atrair para o lado católico romano os fiéis que estivessem tendendo às ideias do Protestantismo. Como espaço de expressão, a arte tornou-se um canal privilegiado para a busca de influência da maior parcela de indivíduos, tanto nas nações europeias quanto em suas colônias. Para isso, o fazer artístico passou a adotar uma intencionalidade claramente voltada para a persuasão dos espíritos, seja para a atração desses fiéis, seja como uma arma no combate aos “adversários” reformistas. A arte, nessa situação, se colocou,

sobretudo, como instrumento de propaganda e adesão aos preceitos da Igreja de Roma.⁵

A partir desse movimento de sintonia entre arte e religião, como observa Argan (2004, p. 33-44), desenvolve-se uma nova estética baseada em técnicas “ilusórias”. Não que as bases de sua constituição estivessem fundamentadas na falsidade, mas que fossem adequadas à persuasão dos espíritos, em acordo com critérios de verossimilhança – aquilo que se aceita como verdadeiro – em acordo com as doutrinas e os saberes religiosos. Isto se deu na arte sacra, mas também na arquitetura, favorecendo um cenário em que os indivíduos se sentissem como coparticipantes dos imaginários sociodiscursivos mobilizados pelas novas peças artísticas e na formação de identidades coletivas adequadas aos seus espaços de convivência.

Para isso, o que se representa é mais dramático, realista, movente e comovente. Cenografias baseadas em passagens bíblicas são usadas para captar a adesão dos observadores. Como a Igreja romana necessitava reforçar a presença dos santos, tem-se todo um esforço na reconstituição das suas histórias de vida, das lendas, memórias e dos imaginários milagrosos em suas trajetórias, tornando-os exemplares. Era preciso também dar um “corpo” a esse resgate do imaginário, constituindo as imagens resultantes da atividade hagiográfica com simbolismos e significados dignos de louvor, bem como indicadores da capacidade desses para a interseção junto a Deus, para o atendimento às preces dos fiéis.

Se a arte e a arquitetura foram, em um primeiro momento, as áreas privilegiadas pela Igreja para essa “missão cristianizadora” do barroco, logo a sua expansão se deu para as manifestações culturais, políticas, educacionais e outras atividades da vida social, deslocando-se, também, para as colônias europeias. Assim, concordamos com a historiadora Adalgiza Campos, especialista sobre o barroco brasileiro, ao afirmar que “o Barroco não foi apenas um estilo artístico, mas uma visão de mundo; envolvendo formas de pensar, sentir, representar, comportar-se, acreditar, criar, viver e morrer” (CAMPOS, 2006, p. 7).

A característica do barroco como “uma visão de mundo” parece ser bastante oportuna à compreensão da região mineradora. Em especial, é o que se pode notar a partir do final do século XVII e início do XVIII em um cenário de descoberta do ouro em abundância (entre 1693-1696), e pelo potencial de exploração de riquezas. À época, essa descoberta e a sua extraordinária amplitude acarretaram um importante deslocamento de colonos que se encontravam nos engenhos do açúcar e de novos imigrantes para as áreas do “sertão das minas”.⁶ Com a abundância de ouro e a intensa imigração, o espaço social passou a ser denominado como região das “Minas de Ouro”, com destaque para a “Vila Rica”.

Ao lado do amplo contingente de “aventureiros ávidos pelo enriquecimento rápido”, assiste-se à chegada, também, de um extenso plantel de negros africanos escravizados, como força de

5 Segundo Weisbach, a Igreja de Roma valeu-se das artes para fins de ensino, persuasão e mesmo para a propagação da doutrina, articulando-as aos seus propósitos contrarreformistas. Para ele, o estilo barroco adaptou-se de maneira perfeita aos propósitos da Igreja, servindo para traduzir o novo elã religioso. (Weisbach, 1948, p. 58-60).

6 Segundo Venâncio: “Minas antes do Ouro era definida como sertão, um lugar de perigos, inimigos doenças e bichos peçonhentos. Surge nos registros anteriores como lugares geográficos ou humanos, podendo ser definido simultaneamente como Sertão do Rio São Francisco, do Rio Grande, Sertão dos Cataguases, dos Guaiases ou Araxás. (Venâncio, 2007, p.87)

trabalho compulsório na exploração do ouro e atividades de infraestrutura naquele ambiente que se tornava um “regime minerador”.⁷ Ao mesmo passo, cria-se o mercado de escravos e as forças de manutenção do *status quo* entre o “senhor-proprietário” e o “escravo-mercadoria”.

Quanto aos povos originários – designados antes das descobertas, genericamente, como “Cataguazes”, “Guaiases” ou “Araxás”, o problema foi se desfazendo no abrupto cenário da sociedade mineradora que se instalava, seja pela derrota destes em guerra, com algum grau de extermínio, seja pela submissão como escravo ou aliado, ou pela migração das tribos para outras áreas do sertão.⁸

Neste cenário social, a instalação do controle se deu de maneira singular. A coroa não tinha como estabelecer um sistema de governabilidade em moldes parecidos ao que se mantinha na metrópole. Não parecia ser este, também, o seu desejo, pois custaria algo caro, com ônus administrativo e financeiro. E não havia qualquer garantia de que essa duplicação pudesse ser eficaz em território ainda desconhecido e tão distante.

Por outro lado, a própria população tomara para si as ações de controle, de sociabilidade e de apoio mútuo a partir de experiências de convivência, com realce às suas práticas religiosas e iniciativas de manutenção do *status quo*. Para isso, foi importante, desde as primeiras aglomerações, a atividade leiga de construção de pequenas igrejas ou capelas que serviam como espaço comum de oração, mas também como ponto para o encontro, para o comércio e a convivência social entre os moradores que se organizavam em torno de suas respectivas irmandades.⁹ Como descreve Boschi:

[...] a sociedade que se foi organizando na área fê-lo em torno da religiosidade; as urbes foram nascendo sob o impulso da vida religiosa. Mantenedoras das capelas, cerne dos arraiais e igualmente dos altares que se construíram no interior delas [Igrejas], as irmandades assumiram, pois, função e papel nuclear na promoção das sociabilidades coloniais mineiras. E ressalte-se que assim se exprimindo, as irmandades precederam ao Estado e à Igreja, como instituições. (BOSCHI, 2007, p. 61)

Tornou-se, então, mais vantajoso para a Coroa o apoio à constituição das Irmandades e a delegação a elas de determinadas funções sociais. Como associações de leigos em torno de uma representação religiosa, elas estabeleciam redes de mutualidade e o desenvolvimento de atividades solidárias, assumindo, inclusive, responsabilidades pela assistência aos seus associados no quoti-

7 “A população escrava em Vila Rica apresentou rápido incremento nas quatro primeiras décadas do séc. XVIII. Em 1716, contaram-se 6.721 cativos e, dois anos depois, 7110; em 1728, a cifra subia a 11521. Em 1735, segundo dados incorporados ao Códice Costa Matoso, o número de cativos atingia 20.863.” (Costa, 2011, p. 188).

8 “Ao estudar o processo de conquista dessas sociedades, Florestan Fernandes identificou três consequências decorrentes da colonização: a guerra indígena contra o invasor; a submissão do índio – na condição de escravo ou “aliado” – e, por último a migração (1975, p.11-32). A ocupação das regiões interioranas, levou a essas mesmas reações, sem, porém, deixar de apresentar especificidades”. (Venâncio, 2007, p. 87)

9 Como ilustração, as seguintes irmandades são anunciadas no opúsculo como participantes no traslado: a do Santíssimo Sacramento, a de Nossa Senhora do Pilar e a de São Miguel e Almas, criadas em 1712, a partir da elite social que se instalou no início dos povoamentos. A Irmandade do Rosário dos Pretos (1715); a do Rosário e de Santa Efigênia, do povoamento do Alto da Cruz (1717); a de Santo Antônio de Lisboa (1723), a de São José e a de Nossa Senhora da Conceição, da freguesia de Antônio Dias (1726). (SOUTO-MAYOR, 2014, p. 20-27)

diano, na doença e na morte. Rapidamente, foram se expandindo e, junto, a constituição de grandes e suntuosas igrejas ou templos, sobre os quais elas próprias deliberavam construir como espaços de culto e sociabilidade, inclusive como ostensão de poder entre os “iguais” e preservação do *status* em suas crenças em torno do Santo padroeiro.

Neste sentido, a visão de mundo barroco manifestava-se entre a população no cotidiano das trocas sociais, na ajuda mútua e ações de solidariedade no interior das irmandades. Cada uma buscava se demonstrar como a mais dedicada aos ofícios, festas e celebrações em favor do seu padroeiro. Ocasões em que representavam a posse de imensa riqueza e a ampla utilização desta – o que se podia ver, também, nas decisões sobre a construção do templo e a ornamentação do seu interior (na imaginária, altares e decoração), com muito ouro, pedras preciosas e artifícios reluzentes. Assim, retomando Campos (2006, p. 7), o cenário social e religioso se configurava como uma visão de mundo barroco, “envolvendo formas de pensar, sentir, representar, comportar-se, acreditar, criar, viver e morrer”.

2. O DISPOSITIVO RETÓRICO DO BARROCO

O termo dispositivo refere-se a um conceito que estrutura a interação retórica como um todo orgânico, produtor de discursos e efeitos de sentido persuasivos. Como categoria conceitual, podemos propor que ele se apresenta, inicialmente, a partir de respostas possíveis às questões: “quem fala a quem?”, “sobre o que?”, “como?”, “para que?” e “em que canal?”. Aristóteles apresenta, logo no início da sua obra, os primeiros elementos que permitem responder às questões colocadas e compor a proposta para a sua estruturação. No início do Capítulo 3, da *Arte Retórica*, ele afirma:

Com efeito, o discurso comporta três elementos: o *orador*, o *assunto* de que fala, e o *ouvinte*; e o fim do discurso refere-se a este último, isto é, ao ouvinte. Ora, é necessário que o ouvinte ou seja espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. (ARISTÓTELES, 2005, p. 104, itálico nosso)

Percebe-se, acima, a articulação preliminar entre três elementos que compõem o dispositivo. Quem diz algo é o *orador* – aquele que tem a palavra e que ocupa o lugar de produtor do discurso. Ao produzir o seu discurso, o orador se dirige ao *ouvinte* – aquele que ouve, como auditório ou público, e que ocupa o lugar de receptor. Com a invenção da Imprensa,¹⁰ em meados do século XV, esses espaços passam a ser ocupados por uma diversidade de sujeitos, sobretudo enquanto escritor e o leitor – o que é o caso do presente opúsculo ou “obra litteraria de pouco corpo, tomo, ou leitura” (BLUTEAU, 1789, p. 136).

10 A invenção da Imprensa (Gutenberg, 1439-1440) e a ascensão de ideais da burguesia levaram a uma verdadeira revolução na comunicação, com a produção de impressos e a necessidade de domínio da escrita e da leitura. Com isso, a iniciativa da comunicação passa a compreender, também, o escritor e o leitor, bem como representações de domínios diversos no uso da linguagem.

O *assunto* sobre o qual se fala compreende o tema da interação – algo que é partilhado pela comunidade, na qual se reconhece a figura do orador/escritor e o ouvinte/leitor como sujeitos de direito à palavra.

Para o próximo componente, “como dizer?”, retomaremos Aristóteles, em sua teoria sobre as espécies de retórica:

*As espécies de retórica são três em número; pois outras tantas são as classes de ouvintes dos discursos. [...]. Ora, é necessário que o ouvinte ou seja espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. O que se pronuncia sobre o futuro é, por exemplo, um membro da assembleia; o que se pronuncia sobre o passado é o juiz; o espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador. De sorte que é necessário que existam três gêneros de discursos retóricos: o *deliberativo* [político], o *judicial* [forense] e o *epidíctico* [demonstrativo]. (ARISTÓTELES, 2005, p. 104, itálico nosso)*

O “como dizer?” leva-nos à situação de troca, cuja delimitação está fundamentada pela teoria dos gêneros da Arte Retórica (o *deliberativo* ou *político*; o *judicial* ou *forense*; e o *epidíctico* ou *demonstrativo*). Em razão deste artigo, especificaremos o gênero epidíctico ou demonstrativo, cujo sujeito destinatário é constituído como alguém que decide sobre algo no tempo “presente”, atuando como um “espectador” – o que é o caso de quem lê a narração de uma festa pública. O ato que se desenvolve no discurso equivale a “louvar, elogiar” ou “censurar, criticar”. Para isso, o sujeito mobiliza, sobretudo, valores dos domínios estético e hedônico, da ordem do que é “nobre, belo” ou “vil, abominável”, tendo como orientação a “amplificação” (figura que consiste no desenvolvimento de um acontecimento ou de uma ideia, realçando ainda mais as suas particularidades; exagero).

Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que o epidíctico constitui uma parte central da arte de persuadir, pois é por ele que o orador

se propõe aumentar a intensidade da adesão a certos valores, sobre os quais não pairam dúvidas quando considerado isoladamente, mas que, não obstante, poderiam não prevalecer contra outros valores que viessem a entrar em conflito com eles. O orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para amplificar e valorizar. (PERELMAN E OLBRECHT-TYTECA, 2007, p. 54-55)

A busca persuasiva pelo epidíctico pressupõe uma qualificação do orador para bem articular o seu discurso aos imaginários sociodiscursivos que partilha junto ao seu auditório. Assim, ele busca tratar, sobretudo, daquilo que “já se sabe”, “se conhece” ou “se admite”, desenvolvendo, pela amplificação, esse conhecimento comum, por meio de recursos discursivos, linguísticos e figuras (a hipérbole, a repetição e o superlativo, por exemplo). Com isso, favorece a intensidade da adesão e a sedimentação, como memória de disposições para a ação no momento adequado.

O “para que?” corresponde à finalidade da retórica. Em Aristóteles, a busca da persuasão é o que motiva a interação entre orador e ouvinte no espaço público. Ela ganha destaque no corpo

da Arte, à qual se define como: “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 95). Segundo o autor, as provas ou estratégias persuasivas fornecidas pelo discurso são de três espécies: pelo carácter do orador [*ethos* ou imagens de si], pela disposição dos ouvintes [*pathos* ou emoções] e pelo discurso [*logos* ou razoabilidade]. Estas estratégias participam de maneira conjunta da atividade persuasiva, embora se possa observar a maior eficácia de uma ou outra em determinada situação discursiva. O fundamental, no caso, é que sejam produzidas pelo discurso, pois assim a sua utilização se volta para a interação com o outro em torno da palavra e valores.

O que entra em destaque, no caso, é a força de verdade que esses valores adquirem na sua enunciação. A verdade, assim, não seria da ordem do “ser verdadeiro”, mas o que se possa “crer verdadeiro”, o verossímil – um “crer verdadeiro”, que dependeria “da convicção dos sujeitos que se encontram confrontados nesse momento”. Seria o caso, portanto, dos imaginários de verdade ou revelação, em especial, dos imaginários que têm por base a “tradição” em conformidade com estratégias (ou provas retóricas) relacionadas ao *ethos*, ao *páthos* e ao *logos*. Como afirma Patrick Charaudeau,

O imaginário é um modo de apreensão do mundo que resulta de um processo de representação por meio de uma atividade intersubjetiva, ao mesmo tempo afetiva e racional. Assim se constroem por meio da fala, universos de pensamento ora investidos de *pathos* (o saber como afeto), ora de *ethos* (o saber como imagem de si), ora de *logos* (o saber como argumento racional). Esses universos resultam de uma combinação de razão racional, de razão emocional e de razão imaginativa, instituindo as tantas verdades que se depositam na memória coletiva. (CHARAUDEAU, 2022, p. 26)

O saber como *afêto*, na relação entre aquele que conta algo como representação do passado e o seu público/auditório orienta-se para valores que reforçam a captação enquanto influência no presente da enunciação – o que se caracteriza pela “transação” de certa *benevolência* entre o narrador e o seu público/auditório. O saber como *imagem de si*, na mesma orientação de valores, deve reforçar a *confiança* no orador – o que pode ser obtido pela articulação de *vínculos identitários* entre os sujeitos no passado (tradição) e no presente da enunciação. E, como razão racional, deve ser razoável: capaz de vincular, no discurso (*logos*), a imagem de si (Simão Machado) e os afetos do público/auditório (como sujeito destinatário idealizado pelo narrador).

3. PERSUASÃO E IMAGINÁRIOS NA *PREVIA ALLOCUTORIA*

A “Prévia Allocutoria” é uma espécie de *apresentação da obra*. Ela parece ser o lugar privilegiado para Simão Machado construir o seu auditório. Para isso, o escritor parte do imaginário socio-discursivo em torno da História de Portugal e coloca em cena saberes de conhecimento, os quais poderiam ser encontrados, possivelmente, como registros escritos e reconhecidos na trajetória da nação portuguesa: a sua configuração como “estado nacional”, o comércio com outros estados, ati-

vidades em suas colônias e áreas de influência. Na mesma linha, ele mobiliza saberes que integram os mitos, casos e lendas que circulam na sociedade lusitana e que colaboram na construção da ideia de nação rica, influente e religiosa.

Simão Machado parece se orientar, inicialmente, pelo desejo de criar disposições (emoções), como um sentimento de *pertença coletiva* em seu público, para que este se interesse pelo conjunto da sua narração e se deixe persuadir. Nessa construção do público “benevolente”, dedica-se à exposição de um discurso da tradição político-religiosa, como uma espécie de “gênese”, o início de tudo: a criação de Portugal como produto da reconquista militar, a sua instituição como reino e nação privilegiada aos olhos de Cristo – uma nação forte e qualificada que logo se tornaria centro das atenções no mundo. Pois, explica o autor, “*todo o Mundo sabe, que ao Supremo Rey dos Reys, Christo Senhor Nosso, deve o glorioso Reyno de Portugal a sua instituição, e dilatado Senhorio*”. (MACHADO, 1734, p. 1-2, itálico nosso).

Este “*todo o Mundo*” refere-se aos portugueses e a toda a população do mundo. É uma generalização totalizante; não deixa ninguém de fora. Na verdade, é improvável que todo o mundo soubesse dessa “dádiva” de Cristo e do “pacto” assumido pelo “Reino de Portugal” – o que está na ordem mítica e religiosa. Assim, o autor utiliza-se de uma hipérbole para criar a amplificação sobre um imaginário compartilhado. Este “exagero”, no entanto, pode ser algo “agradável” ao receptor-leitor na sua convivência social, como estímulo à sua adesão. Não se trata, necessariamente, de um descuido do autor, mas de uma construção que parece adequada à sua intencionalidade: a criação de um leitor ideal pouco exigente na distinção entre o que é de ordem da História (a evidência) e o que é da ordem da doutrina, lenda ou mito (o verossímil). É curioso, neste sentido, que o autor repete a expressão hiperbólica em outros momentos da sua enunciação. Isto nos faz crer que se trata de um forte recurso persuasivo em sua retórica epidíctica e que assume uma orientação patêmica importante na criação de um sujeito destinatário ideal *simpático* ao discurso do narrador – daí a sua benevolência na troca intersubjetiva.

Importa verificar, também, o trabalho que o autor realiza com o imaginário sociodiscursivo de *verdade* ou *revelação* (mediada por Cristo): a missão dada ao Reino de Portugal, bem como a instituição da identidade portuguesa. Segundo Simão Machado,

Consta por tradição, e historia, que naceo esta gloria á nação Portugueza no espaçoso campo de Ourique, que *teve principio* no primeiro, e invencivel Rey D. Affonso Henriques, pela voz Divina do Redemptor do Mundo gloriosamente eleito, e confirmado com aquella victoria, que sempre com espanto celebra a fama. He também notório, que *ao mesmo Rey, e seus descendentes, e geralmente a toda nação, foi imposta incumbência de dilatarem a Fé entre as gentes barbaras, e remotas de todo o Mundo*[...] (MACHADO, 1734, p. 2, itálico nosso)

Ao nascer (1139), Portugal recebe uma missão especial de Cristo: o “Apostolico encargo da propagação da Fé”. A força desta identidade “missionária” e “virtuosa” (“destemida nação propagadora da Fé”) tem o seu momento de fundador com a vitória sobre os mouros na Batalha de Ou-

rique.¹¹ Essa identidade é de suma importância para o leitor – destinatário ideal, pois lhe concede o privilégio de *pertença* a uma *nação valente e virtuosa*, configurando-se, assim, ao lado do *pathos* do sujeito benevolente. Ela começa a ser evocada a partir do “primeiro e invencível, D. Affonso Henriques” que teria se tornado “Rey pela voz Divina” – o que nos coloca, neste *imaginário de revelação*, uma *origem* (criação de Portugal e início da jornada bem-sucedida) e um *suporte* do poder (com a escolha do Rei pela voz Divina tem início a *dinastia*).

No entanto, temos, aqui, uma construção complexa. Simão Machado combina dados factuais corretos (a vitória do exército cristão sob o comando de D. Affonso, a fundação simbólica de Portugal e a sua proclamação como Rei de Portugal) com saberes que são da ordem do mito (a invencibilidade de D. Affonso Henriques; o privilégio de receber a Coroa por direito Divino e a Missão Evangelizadora dada pelo próprio Cristo) como se fossem conhecimento histórico e doutrinas válidas. Isto é um problema tanto para a História quanto para a doutrina, pois o autor incorre em alguma ilusão e em uma pseudo doutrinação ou ideologia.¹²

Na sequência, o escritor passa à narração de ações sob o reinado de D. Manoel I. Esta ganha suma importância,¹³ pois trata-se do período das grandes navegações e “descobertas” portuguesas. Neste sentido, Simão tece elogios ao Rei pela sua iniciativa em formar a denominada frota dos “novos Argonautas do Oceano”, que favoreceu o conhecimento de novas terras, a abertura do comércio com a Índia Oriental e com outras regiões da Ásia,¹⁴ bem como a ventura da “descoberta” de uma nova terra (Brasil):

Quase no mesmo tempo, não com deliberada navegação, mas da carreira da Índia desviados com *huma horrível, e dilatada tempestade, fora de modo o humano pensamento, descobrirão a fértil, e incógnita parte da America chamada Brazil*, pelo muito páo, que nesta terra há, sendo guia a Divina Providencia, e como piloto a continua tempestade, para verem, epifarem tão remota, e dilatada região do Mundo. (MACHADO, 1734, p. 6, itálico nosso)

Com a “descoberta”, Portugal tem um novo e importante impulso. Primeiro, pela extração do Pau Brasil, que tem início nos primeiros anos da Colônia; depois, tendo em vista a necessidade de

11 Batalha de Ourique (1139), em que D. Afonso, comandando os cristãos obtém uma vitória surpreendente sobre os mouros - em razão da inferioridade numérica do seu exército. A vitória teve significado tão forte que D. Afonso (então, Duque de Borgonha), com o apoio dos soldados, se autoproclama Rei de Portugal. (TEIXEIRA; MONTEIRO E DOMINGUES, 2017)

12 As doutrinas de monarquias de Direito Divino foram formuladas na Idade moderna (século XVI), enquanto o reinado de D. Affonso Henriques ocorreu no século XII (entre 1139-1185), logo, Simão Machado aciona uma doutrina que ainda não existia no momento de criação da monarquia portuguesa. (Ribeiro Santos, 2018) O fato de Simão Machado não se apoiar em uma doutrina válida para o momento, mas em outra vigente somente a partir do século XVI, faz com que o imaginário sociodiscursivo acionado corresponda a um efeito ideológico [engodo ou ilusão]. Ou seja, “Um saber que propõe uma explicação total e abrangente da atividade social; como tal, se constituindo como discurso de referência absoluta”. (Charaudeau, 2022, p.30)

13 D. Manuel I foi rei de Portugal entre 1495-1521. A chegada da frota de Cabral ao Brasil ocorreu em seu reinado.

14 Simão traz ao seu discurso um intertexto coma obra *Os Lusíadas*, de Camões (1572), na qual o narrador épico conta sobre a viagem de Vasco da Gama às Índias (1497-1498) no comando da frota dos “Novos Argonautas do Oceano”. Nesta viagem que se tornou épica, Vasco da Gama celebrou os primeiros acordos comerciais com as Índias. Disponível em: www.ibl.pt.

povoamento da terra e a percepção prática de que se trata de “terra em que se plantando tudo dá”¹⁵ – tem início o ciclo dos engenhos de açúcar. Mantém-se, dessa maneira, a possibilidade discursiva epidíctica, com elogio e exaltação *às autoridades do regime monárquico, aos portugueses* (que atendem às demandas de ocupação e exploração dos novos territórios) e ao Brasil. As “conquistas” são percebidas como dádivas de Deus, resultados do espírito aventureiro e da prudência dos portugueses.

Quanto aos povos que se encontravam no Brasil, são percebidos, inicialmente, como “feras” e como objeto de conquista e domesticação, pela religião ou pela espada. Agindo dessa maneira, os portugueses estavam consoantes à dupla missão (evangelizadora e de conquista) outorgada, segundo Simão, por Cristo ao Rei Affonso I e à nação portuguesa. Os povos originários, afirma, são vis em “estado selvagem”; no entanto, se colonizados tornam-se “doceis, e atentos” a receberem a doutrina, “amanhecendo então a estes povos a luz da Ley Divina para a eterna felicidade; e *servindo aos Portuguezes o temor introduzido das armas para as utilidades do domínio*” (2007, p. 127), o que era positivo ao “espírito” português. Em caso de resistência, “sentirão a violência das armas para o domínio” ou seriam mortos, em combate – o que, também, estaria em acordo com o “espírito” aguerrido português.

Logo as barbaras nações dos novos paizes, gente só na figura humana distincta das sylvestres feras, (em tanta rudeza nascerão, e viviaõ pela falta do comercio com outras gentes, impedido pelos imensos golfos do Oceano) a hum mesmo tempo ouviraõ dos Portuguezes a doutrina Euangelica; e os mais repugnantes, e indomáveis sentirão a violência das armas para o domínio; fazendo muitas vezes a sujeição os ânimos doceis, e attentos a receberem a doutrina: *amanhecendo então a estes povos a luz da Ley Divina para a eterna felicidade; e servindo aos Portuguezes o temor introduzido das armas para as utilidades do domínio.* (MACHADO, 1734, p. 7, 8, itálico nosso)

Podemos notar a existência de uma espécie de percepção pedagógica sobre o funcionamento das ações portuguesas de colonização: a atuação evangelizadora (imaginário de doutrinação) está sempre presente, mas as armas (imaginário de instauração do poder pela violência) podem ocupar espaço análogo ao da cruz – como parte do cumprimento da missão católica cristianizadora. Esta percepção nos parece próxima a um possível olhar dominante sobre a escravização negra: o “ser humano” preto, tornado escravo, é visto como uma ferramenta que se adquire para o trabalho cotidiano. Entretanto, se catequizado e considerado “adequado” à servidão torna-se um cristão (*para a eterna felicidade*), embora de categoria inferior (*pelo temor às armas para as utilidades do domínio*). Porém, se ele revoltar, poderá ser dizimado como parte da “missão lusitana”: “e os mais repugnantes, e indomáveis sentirão a violência das armas para o domínio”.

Esse imaginário de “povo missionário” se coloca, assim, como ideologia: os valores atribuídos à atividade dos portugueses são todos orientados positivamente, dignos de júbilo, apoiados na missão e na doutrina “Evangelica”. O outro é o selvagem: são feras rudes e ignorantes; a ação violenta pelo português é um ato necessário para torná-los “doceis”, “atentos” e “servis”. Porém,

15 Carta de Pero Vaz Caminha ao Rei D. Manuel I, na qual comunica a “descoberta” do Brasil, 1500.

quando a ação violenta parte do *outro* é um ato perverso e revelador da impossibilidade da vida em comunidade. A doutrina Evangélica torna-se, também, ideologia, sobretudo, enquanto forma legitimadora da apropriação de outro ser humano como propriedade e força de trabalho compulsório, com base em diferenças identitárias.

a ideologia é um sistema de pensamento mais ou menos fechado sobre ele próprio, que é construído em torno de valores de um grupo social que se impõe. [...] Ela se apresenta em “um processo de ideologização, que constrói um conjunto de crenças mais ou menos teorizadas sobre a atividade social e que tem por efeito discriminar as identidades sociais”. (CHARAUDEAU, 2007, p. 200-201)

Neste caso, o elogio e a nobreza tornam-se pressupostos na atividade do “sujeito missionário”. Ele age motivado por estes valores quando se encontra na busca evangelizadora e, também, quando se utiliza de armas. Isto pode ser visto como uma espécie de garantia violenta na “comunhão dos espíritos”. O sujeito missionário é uma “pessoa do bem”. Ele possui esta característica em razão da identidade do “ser português” (nascimento) e a preserva pelo *status*.

Voltemos à questão sobre a imagem de destinatário ou leitor ideal criada pelo orador/escritor. Um dado relevante é que a Festa do Triunfo foi organizada por duas irmandades: a de Nossa Senhora do Rosário e a do Santíssimo Sacramento. Elas decidiram, possivelmente, sobre todas as questões. Do ponto de vista financeiro, coube aos Irmãos do Rosário a contratação e o pagamento do escritor do Opúsculo; e coube aos Irmãos do Santíssimo as despesas da Festa. Por outro lado, apesar de contar com este financiamento “oficial”, a obra foi comercializada. Isto se vê pela publicação, abaixo, na coluna de anúncios do Jornal *Gazeta de Lisboa*, em 1735:

Na logea Antonio Tavares portas S. Catharina se vende hum livro Triunfo Eucharistico, na tresladaçam se fez Stmº Sacramento Igreja Srª Rosario p. novo Templo Nª Srª Pilar; Prov. Minas. (GAZETA DE LISBOA, 18/08/1735, p. 33).

Postulamos que, em parte, o público idealizado situava-se nesse mercado leitor: entre setores da burguesia emergente e componentes medianos da sociedade – aqueles que, por vezes, *sonhavam em se lançar à aventura* de viajar para o Brasil: se instalar “nas Minas”, alugar ou tornar-se proprietário de uma lavra, encontrar ouro e adquirir alguns escravos. Algo parecido se deu, por exemplo, com o cirurgião-barbeiro Luis Gomes Ferreira, como narra em seu livro *Erário Mineral* (1735).¹⁶

Simão reafirma que os portugueses tinham uma visão correta desde 1500, quando aportaram no Brasil e desenvolveram, na sequência, diversas campanhas à procura de metais preciosos. O resultado, a glória, chegou no final do XVII, quando entre 1693 e 1696 se realizaram descobertas

16 O cirurgião-barbeiro Luis Gomes Ferreira fez esse “percurso”. Formou-se em cirurgia (1705). Atraído pelas notícias sobre as minas, resolveu buscar trabalho e enriquecimento, na Região. Chegou no Brasil em 1708. Viveu na região mineradora por mais de 20 anos, atuando como cirurgião-barbeiro. Com o dinheiro que ganhava, adquiriu uma fazenda na Vila do Ribeirão do Carmo, área para mineração e alguns escravos. Desenvolveu a prática médica na Capitania, indo além do repertório do cirurgião-barbeiro e escreveu “*Erário Mineral*”, publicado em Lisboa, 1735 – obra que reúne 12 tratados e relatos de atividades.

de ouro em abundância nos sertões das Minas. Agora, menciona o autor, passados “apenas 30 anos da descoberta, poderia se afirmar que o homem mais rico que vive em Portugal possui riqueza bem menor do que os ricos residentes em Vila Rica. Essa faixa de pessoas ricas que vivem em Portugal e seus consortes residentes em Vila Rica inserem-se, de maneira bastante marcada no discurso, como possível sujeito destinatário ideal na obra de Simão.

Nesta villa habitão os homens de mayor comercio, cujo trafego, e importância excede sem comparação o mayor dos mayores homens de Portugal: a ela, como a porto, se encaminhaõ, e recolhem as grandiosas somas de ouro de todas as Minas na Real casa da Moeda: nella residem os homens de mayores letras, seculares, e Eclesiasticos: nella tem assento toda a nobreza, e a força da milicia: he por situação da natureza cabeça de toda a America, pela opulência das riquezas a perola preciosa do Brasil. (MACHADO, 1734, p. 24)

A narração de Simão vai ganhando os contornos de uma narrativa hedônica, na qual o acesso ao ouro de Vila Rica equivale a uma conquista do “paraíso”. O autor se mostra bastante confiante sobre a durabilidade da empresa mineradora e a ostensão de riquezas. Assim, em sua busca persuasiva, ele se torna também propagandista, no incentivo para que parte desse sujeito destinatário ideal, a elite econômica e social portuguesa, possa se interessar por viver na encantadora Vila Rica. A perspectiva de Simão parece remeter à ideia de que a situação de riqueza e exploração do ouro será bastante duradoura, com a possibilidade de manutenção do *status quo* colonizador de forma perene, mantendo-se a relação entre o poder monárquico, o poder eclesiástico e a sociedade, inclusive no diz respeito ao controle sobre a força de trabalho neste *paraíso barroco*.

Este opulento Emisferio das Minas, onde avulta, mais que as riquezas, o fausto dos Templos, e a preciosidade dos Altares: e como o Sol, a cujas luzes ficaõ sombras de todos os astros os esplendores, a nobilíssima Villa Rica, mais que esfera da opulência, he teatro da Religião: develhe Portugal grandiosos auxílios, e quantiosos créditos; sem duvida os mayores a Coroa do Monarcha; a America a gloria, e afluência das riquezas, que lhe reparte; todo Mundo o copioso, e fino ouro, que recebe em seus Reynos; mas sobre tudo deve Portugal ao Brasil, e *todo o Mundo* hum continuado, e de presente novo exemplo de Christandade. (MACHADO, 1734, p. 27)

A mobilização de imaginários não se dá somente em relação a um Eldorado material, mas como uma convivência privilegiada entre o “povo português”, Cristo e a Igreja, como se vê no “fausto dos Templos e a preciosidade dos Altares”. A Festa é um momento de comemoração e de renovação do próprio ato fundador da monarquia portuguesa e do compromisso assumido pelo “povo escolhido” na dilatação da fé e da evangelização. A ostentação de riqueza e missão evangelizadora parecem, doravante, algo a manter-se na memória, como ideologia e disposição para agir no momento adequado. Com isso, há espaço para se postular que o seu destinatário ideal se localize, também, no espaço-tempo posterior ao Triunfo Eucarístico de Vila Rica – o que daria contorno final ao seu auditório universal. Há, contudo, um forte segmento populacional que está, seguramente, fora da

possibilidade de identificação como destinatário ideal: os seres que são colocados na situação de escravidão, os povos originários, os pardos, os pretos e colonos brancos pobres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos o nosso texto pela descrição de algumas características do Barroco. A primeira tem início nos estudos de Wolfflin (1888) e postula o barroco como estilo específico da arte e da arquitetura, no período posterior à renascença. A segunda realça a expansão do barroco para outros campos, como a cultura, a política, a religião e a linguagem, com Ávila (1964), dentre outros. A terceira, de Weisbach (1942), propõe a noção de Barroco como arte da contrarreforma, o que levou a uma subordinação da arte e seu estilo aos ideários da Igreja de Roma.

Como um realce importante, percebemos que, se inicialmente as artes se apresentaram como áreas privilegiadas para a missão cristianizadora do barroco, logo a sua expansão se deu para as manifestações culturais, políticas e educacionais. Tal expansão e o deslocamento para as colônias trouxe a emergência de uma característica, em que o Barroco, mais que um estilo artístico, pode ser percebido como uma “visão de mundo, envolvendo formas de pensar, sentir, representar, comportar-se, acreditar, criar, viver e morrer” (CAMPOS, 2006, p. 7). Essa visão pareceu-nos relevante para a compreensão da primeira Festa barroca, na região mineradora, em Vila Rica, no ano de 1733, narrada no opúsculo de Simão Ferreira Machado como “Triunfo Eucharístico: exemplar da cristandade lusitana”.

Na segunda seção, apresentamos uma proposta de dispositivo retórico do barroco, como possibilidade para o exame da Previa Allocutória, de Simão Ferreira Machado. Esse dispositivo tem por base a Arte Retórica, de Aristóteles e formulações recentes no campo dos estudos discursivos. Parece-nos adequado à percepção do discurso em sintonia com representações da “visão de mundo”, naquele momento de ostensão de riquezas e de um amplo plantel de escravos, que marca a ascensão do Barroco no espaço sociocultural de Vila Rica (Ouro Preto – Patrimônio da Humanidade). Assim, como ferramenta conceitual, mostrou-se capaz de contribuir para a compreensão do processo discursivo, com os seus componentes (orador/escritor e auditório/leitor; propósito e gênero retórico) e os possíveis efeitos de sentido decorrentes da interação retórica no barroco.

Na terceira seção, realizamos o exame da retórica persuasiva na “Previa Allocutória”, em torno de duas questões colocadas no início deste artigo: como o orador/escritor constrói a sua orientação persuasiva, sobretudo em relação aos imaginários sociodiscursivos acionados em sua narração, e como ele realiza a construção do ouvinte/leitor ou sujeito destinatário da sua narração. O exame da “Previa Allocutória” levou-nos a perceber a potência da orientação persuasiva, na narração sobre o nascimento e a trajetória bem-sucedida do reino de Portugal, sob uma lógica de amplificação do discurso.

Desde o momento inicial da sua narração, Simão Machado desenvolveu o seu projeto retórico como gênero epidíctico, orientado pela amplificação no discurso. Como ilustração, chamou a nossa

atenção o uso da hipérbole “todo o mundo...”, que se repete diversas vezes na Prévvia Allocutória. Em relação aos imaginários sociodiscursivos, houve destaque para o imaginário de *verdade* ou *revelação*, pela importância que ocupa no nascimento da nação e no percurso da narração. Esse imaginário se apresenta pela mediação de Cristo, ao final da vitoriosa batalha de Ourique, quando os cristãos derrotaram o exército mouro. Segundo Simão, “todo mundo sabe” que pela revelação do próprio Cristo a D. Affonso Henriques, comandante do exército, institui-se a nação portuguesa e, por decorrência, atribui-se a identidade portuguesa ao “povo guerreiro”; bem como outorga uma dupla missão ao reino: *conquista e dilatação da fé entre as gentes barbaras, e remotas de todo o Mundo*.

Com isso, o orador/escritor cria uma disposição de pertença coletiva entre o povo português e o concebe como *povo missionário* (dotado de uma missão divina) e *destemido* (para o contato com gentes bárbaras de todo o mundo) – um povo ao qual se pode atribuir metas para a dominação política e religiosa, pois ele as cumprirá. A estas disposições patêmicas corresponde um efeito importante de *benevolência* entre o ouvinte/leitor e o orador/escritor – o que tem grande importância como salvaguarda para o *ethos* ou imagem de si do orador como um *patriota* e *agradável* para com o seu auditório. A razoabilidade barroca parece situar-se na “medida adequada da amplificação” – o que seria o limite da verossimilhança.

A partir dos imaginários sociodiscursivos foi possível também a identificação da busca persuasiva por meio de doutrinas em conflito e a construção ideológica no discurso de Simão. Esta última com bastante ênfase no decorrer da narração, demonstrando potência para ser tomada como dado factual.

O segundo eixo do exame retórico voltou-se para a busca de identificação do auditório constituído pelo orador/escritor como sujeito destinatário do seu discurso. O primeiro segmento social que se insere, possivelmente, entre o auditório da persuasão é o público residente em *Portugal*, em especial, parcelas da elite socioeconômica e da população mediana desejosa de constituir riqueza na região das Minas. O segundo grupo é composto pela elite residente em *Vila Rica*, sobretudo, os membros da irmandade do Santíssimo Sacramento. Com essa dupla orientação (para Portugal e para Minas) na construção do seu auditório ideal, parece-nos que ganha maior clareza a razão de identificação do autor, unicamente, como sendo “natural de Lisboa e morador nas Minas”. É neste sentido que constrói o seu auditório. Quanto à maioria da população em Vila Rica (negros escravos, forros, pardos e colonos pobres), estes não são componentes do auditório ideal, embora façam parte da memória registrada para o futuro como objeto de doutrinação e ideologia.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. In: *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. Organização de Bruno Contardi. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005. In: Obras Completas. Coleção Biblioteca de Autores Clássicos. Organização de Antônio Pedro Mesquita. Tomo 2, Volume VIII, São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1964.

ÁVILA, Affonso. *Festa Barroca: Ideologia e Estrutura*. In PIZARRO, Ana (Org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, vol. 1, A Situação Colonial. Campinas: UNICAMP; Fundação Memorial da América Latina, 1993, p. 235-263.

ÁVILA, Afonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Vol. 1, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura MG / Arquivo Público Mineiro, 2006.

BLUTEAU, D. Rafael, *Dicionário da Língua Portuguesa*. V.2. Lisboa: Officina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/>. Acesso em 05 de jul. de 2023.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. As Minas setecentistas. V.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. *A Carta da Pero Vaz de Caminha*. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 05 de jul. de 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>. Acesso em 05 de jul. de 2023.

CAMÕES, Luiz de. *Os lusíadas*. Lisboa: Portugal, 1572. Disponível em: <http://dominiopublico.gov.br>. Acesso em 05 de jul. de 2023.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª. Ed. São Paulo: Ediouro, 2005.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial no Brasil*. Homo Plasticus, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *A manipulação da verdade*. São Paulo: Contexto, 2022.

FERREIRA, Luiz Gomes. Erário Mineral. Lisboa: Portugal, 1735. In: FURTADO, Júnia (org) *Erário Mineral V1 e 2*. Belo Horizonte: FJP – FAPEMIG, 2002. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/erario-mineral-luis-gomes-ferreira-volumes-i-e-ii>

HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. Tradução de Walter H. Greenen. 4ª. Edição em português. São Paulo: Mestre Jou, 1982 [Tomo I]

HEYWOOD, Linda M. *Díáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

JORNAL. *Gazeta de Lisboa*. Edição de 18/08/1735, p. 33. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/gazetadelisboa/gazetadelisboa.htm>

KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora Negra no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucharístico*: Exemplar da Cristandade Lusitana. Lisboa Occidental, 1734. Disponível em: <https://purl.pt/34248>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Maria Fernanda Ribeiro Tomé dos. *A construção da autoridade legítima de D. Afonso Henriques de Portugal (1140-1185)*. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História – UERJ: Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

SOUTO-MAYOR, Mariana França. *Triunfo Eucarístico como forma de teatralidade no Brasil Colônia*. Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas. PPGAC-ECA. SP: USP, 2014.

TEIXEIRA, Nuno S.; DOMINGUES, Francisco C. e MONTEIRO, João G. *A História Militar de Portugal*. Cap. I – A Reconquista. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

VENANCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Marisa Efigênia Lage de. e VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. As Minas setecentistas. V.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WEISBACH, Werner. *El Barroco, arte de la Contrarreforma*. Madrid: Espasa-Calpe, 1948.

WOLFFLIN, Heinrich. *Renacimiento y barroco*. Grupo Planeta (GBS), 1986.

Submissão: 01 de abril de 2023

Aceite: 27 de junho de 2023